

# **PRINCIPAIS FALHAS EM PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Vilmar Barros Miranda**  
**Auditores Fiscais de Controle Externo do TCE/PI**  
**Diretor da DFAM**

**Picos (PI), março de 2015.**

# **Programas de Prestação de Contas**

- **SAGRES (Módulos: Contábil e Folha)**
- **Documentação Web;**
- **Licitações Web;**
- **Obras Web;**
- **Cadastro Web;**
- **RH Web.**

# **Contas de Governo X Contas de Gestão**

- **Contas de Governo (resultado da atuação governamental) – Parecer Prévio do TCE/PI – Julgamento pela Câmara**
- **Contas de Gestão (atos dos ordenadores de despesa) – Julgadas pelo TCE/PI.**



## **Principais Falhas / Contas de Governo**

- **Incompatibilidade entre as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA);**
- **Atraso ou não envio do PPA, LDO e LOA;**
- **Abertura de créditos adicionais sem autorização legislativa;**
- **Atraso ou não envio do Balanço Geral;**
- **Não consolidação do Balanço Geral;**
- **Inconsistências/divergências nos demonstrativos contábeis.**

# Principais Falhas / Contas de Governo

- **Não cumprimento dos limites legais:**
  - Educação – 25% da RIT – Súmula nº 7;
  - Saúde – 15% da RIT – Súmula nº 8;
  - FUNDEB – 60% dos Recursos – S. nº 9;
  - Irregularidade nas Contas de Gestão repercute nas Contas de Governo – S. nº 10;
  - Pessoal – 54% da RCL;
  - Repasse p/ Câmara – 7% REEA.
  - Ausências de publicação e envio ao TCE/PI dos relatórios da LRF.



## **Principais Falhas / Contas de Gestão**

- **Atraso ou não envio das Prestações de Contas Mensais;**
- **Envio incompleto da Prestação de Contas (SAGRE-Contábil, SAGRES-Folha, Documentação Web e Doc. de Despesas);**
- **Ausência de licitação ou fracionamento de despesa;**
- **Renúncia de receita (ex. IPTU);**

## Principais Falhas / Contas de Gestão

- **Ausência de retenção e de recolhimento do IRRF, INSS e ISS dos prest. de serviços;**
- **Emissão de cheque sem fundo;**
- **Contratação de servidores sem concurso ou teste seletivo;**
- **Não envio dos balancetes à Câmara;**
- **Pagamento de aposentadoria e pensão;**
- **Veículos inadequados ao transporte de alunos/pacientes;**



## Principais Falhas / Contas de Gestão

- **Ajuda financeira a carentes sem critérios;**
- **Consultas e exames sem especificação;**
- **Pagamento a policiais sem convênio;**
- **Débito junto à AGESPISA e ELETROBRAS;**
- **Elevado índice de contratação por tempo determinado;**
- **Suprimento de fundos sem normatização;**
- **Destinação de recursos à terceiros sem lei específica;**



## Principais Falhas / Contas de Gestão

- **Acumulação ilegal de cargo público;**
- **Não pagamento do piso salarial dos professores;**
- **Pagamento de abono salarial sem lei;**
- **Pagamento de despesas de exercícios anteriores com recursos do FUNDEB;**
- **Qualificação de servidores sem o envio do projeto pedagógico e rel. dos beneficiários;**

## **Principais Falhas / Contas de Gestão**

- **Restos a pagar sem saldo financeiro;**
- **Desvio de finalidade de recursos vinculados;**
- **Não envio do parecer do conselho;**
- **Não realização de audiência pública para avaliar o cumprimento das metas da LRF;**



## Principais Falhas / Contas de Gestão

- **Ausência de publicação dos atos (Lei, Decreto, Resolução, LRF, Licitação, etc) na imprensa oficial escrita (conforme determina os art. 28, § único c/c art. 40, § 1º da CE) - Diário do Município, Diário dos Municípios ou Diário do Estado.**
- **Não pode ser apenas em Diário Eletrônico.**

# Principais Falhas / Contas de Gestão

## Câmara Municipal

- **Abertura de Créditos Adicionais (Competência do Poder Executivo);**
- **Não fixação ou fixação fora do prazo do subsídio dos vereadores (setembro/2012);**
- **Pagamento de sessão extra – simetria;**



# Principais Falhas / Contas de Gestão

## Câmara Municipal

### **Não Cumprimento dos Limites Legais**

- **Despesa – até 7% da REEA (6% e 4,5%)**
- **Folha de Pagamento – até 70% do Repasse**
- **Pessoal – Até 6% da RCL**
- **Subsídio – Até 5% REE**

## Importantes!

- Duodécimo repassado até o dia 20 do mês.
- Regular o envio das Prestações de Contas – Prefeitura e Câmara.
- Regular o envio das Prestações de Contas para os conselhos municipais.
- Prestações de contas de janeiro e fevereiro de 2015 prorrogadas para 22/04 e 11/05, respectivamente (Decisão 178/2015)



# Orientações Jurisprudencial do TCE/PI,

publicadas DOE, em 08/07/2013

- Nº 01) Pagamento de despesas não liquidadas – dano ao erário;
- Nº 02) Não envio das contas anuais da Câmara ao Executivo – grave infração;
- Nº 03) Não disponibilização das contas ao cidadão – grave infração;
- Nº 04) Repasse à Câmara em desacordo com a CF – grave infração;
- Nº 05) Não envio à Câmara das peças de planejamento(PPA, LDO e LOA) nos prazos legais – grave infração;
- Nº 06) Transferência de recursos de contas vinculadas para contas de livre movimentação – grave infração;
- Nº 07) Realização de pagamento com inobservância da ordem cronológica – grave infração;
- Nº 08) Pagamento de sessão extraordinária aos vereadores – dano ao erário;

# Orientações Jurisprudencial do TCE/PI

- Nº 09) Não inclusão na LOA de dotação para pagamento de precatório – grave infração;
- Nº 10) Realização de despesa sem autorização legal – grave infração;
- Nº 11) Pagamento de multa e juros de contribuições previdenciárias em virtude do recolhimento intempestivo – dano ao erário;
- Nº 12) Desvio de finalidade dos recursos do RPPS – dano ao erário;
- Nº 13) Transferência de recursos das contas vinculadas do RPPS para contas de livre movimentação – grave infração;
- Nº 14) Ausência das contribuições ao RPPS (patronal e segurados) – grave infração;
- Nº 15) Ausência de registros contábeis de inscrições das obrigações – grave infração;



# Orientações Jurisprudencial do TCE/PI

- Nº 16) Repasse à Câmara sem aprovação da LOA – grave infração;
- Nº 17) Ausência de retenções de tributos e contribuições sociais – grave infração;
- Nº 18) Fixação ou reajuste de subsídio dos vereadores sem observar os parâmetros legais – grave infração;
- Nº 19) Inscrição de direitos no ativo realizável, sem a identificação clara e precisa do devedor, configura desfalque ou desvio de recurso – dano ao erário;
- Nº 20) A não instituição da equipe de transição ou dificultar o trabalho da equipe – grave infração;
- Nº 21) Contratação de pessoal sem previsão legal – grave infração;
- Nº 22) Criação de cargos, funções ou empregos sem previsão legal – grave infração;

# Orientações Jurisprudencial do TCE/PI

- Nº 23) Investidura de pessoa em cargo ou emprego sem aprovação em concurso público – grave infração;
- Nº 24) Gastos com pessoal acima do limite legal – grave infração;
- Nº 25) Abertura de créditos adicionais suplementares em valores acima do limite estabelecido na LOA – grave infração;
- Nº 26) Contratação de obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestre do mandato sem que haja disponibilidade financeira (art. 42 da LRF) – grave infração;
- Nº 27) Aumento de gasto com pessoal no período de 180 dias anteriores ao final do mandato – grave infração;
- Nº 28) Contratação de antecipação de receita orçamentária (ARO) no último ano do mandato – grave infração;
- Nº 29) Não envio das peças orçamentárias ao TCE – grave infração;
- Nº 30) Ausência de registros contábeis relevantes – grave infração.



# Dez Mandamentos do Bom Administrador Público

- **1 – Planeje**
- **2 – Cumpra o planejado**
- **3 – Cumpra a lei**
- **4 – Seja prudente**
- **5 – Aprenda com a experiência**
- **6 – Seja transparente**
- **7 – Documente seus atos**
- **8 – Mantenha assessoria técnica competente**
- **9 – Seja eficiente e eficaz**
- **10 – Seja ético – tenha sempre em vista o interesse público; sem isso, todos os demais mandamentos não têm sentido.**

**MUITO OBRIGADO!**

**Vilmar Barros Miranda**

**Fones: 0xx86 3215-3963 - Diretoria da DFAM**

**e-mail: [vilmar.barros@tce.pi.gov.br](mailto:vilmar.barros@tce.pi.gov.br)**